

Odebrecht Properties Entretenimento S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018**

Odebrecht Properties Entretenimento S.A.

Balanço patrimonial

Em milhares de reais

Ativo	31 de dezembro	31 de dezembro	1º de janeiro de	Passivo e passivo a descoberto	31 de dezembro	31 de dezembro	1º de janeiro de
	de 2018	de 2017	2017		de 2018	de 2017	2017
		(Reapresentado)	(Reapresentado)		(Reapresentado)	(Reapresentado)	
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	1	12	4	Impostos, taxas e contribuições	2		
Tributos a recuperar (Nota 4)	480	456	423				
	481	468	427	Não circulante			
Não circulante				Provisão para perda de investimentos (Nota 5)	274.141	251.874	239.574
Realizável a longo prazo				Adiantamento para futuro aumento de capital			190
Adiantamento para futuro aumento de capital		28	60		274.141	251.874	239.764
				Passivo a descoberto (Nota 6)			
				Capital social	13.091	13.069	12.770
				Ajustes de avaliação patrimonial	(5.348)	(5.348)	(5.348)
				Prejuízos acumulados	(281.405)	(259.099)	(246.699)
					(273.662)	(251.378)	(239.277)
Total do ativo	481	496	487	Total do passivo e do passivo a descoberto	481	496	487

DS
ADO

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Odebrecht Properties Entretenimento S.A.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Operações continuadas		(Reapresentado)
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(14)	(58)
Resultado de participações societárias (Nota 5)	(22.221)	(12.377)
Prejuízo operacional	(22.235)	(12.435)
Resultado financeiro, líquido (Nota 7)	23	35
Prejuízo do exercício	<u>(22.212)</u>	<u>(12.400)</u>
Prejuízo básico por ação de operações continuadas atribuível aos acionistas durante o exercício (expresso em R\$ por ação) (Nota 8)	<u>(1,70)</u>	<u>(0,97)</u>

DS
ADO

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Odebrecht Properties Entretenimento S.A.

Demonstração das mutações do Passivo a descoberto

Em milhares de reais

	<u>Capital social</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do Passivo a descoberto</u>
Em 1º de janeiro de 2017 (Reapresentado)	12.770	(5.348)	(246.699)	(239.277)
Prejuízo do exercício			(12.400)	(12.400)
Transações com acionistas:				
Aumento de capital (Nota 6 (a))	299			299
Em 31 de dezembro de 2017 (Reapresentado)	<u>13.069</u>	<u>(5.348)</u>	<u>(259.099)</u>	<u>(251.378)</u>
Adoção inicial CPC 48 (efeito de investidas)			(94)	(94)
	<u>13.069</u>	<u>(5.348)</u>	<u>(259.193)</u>	<u>(251.472)</u>
Prejuízo do exercício			(22.212)	(22.212)
Transações com acionistas:				
Aumento de capital (Nota 6 (a))	22			22
Em 31 de dezembro de 2018	<u>13.091</u>	<u>(5.348)</u>	<u>(281.405)</u>	<u>(273.662)</u>

DS
ADO

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Odebrecht Properties Entretenimento S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	<u>2018</u>	<u>2017</u> (Reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(22.212)	(12.400)
Ajustes:		
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 6 (b))	<u>22.221</u>	<u>12.377</u>
	9	(23)
Variações nos ativos e passivos:		
Tributos a recuperar	(24)	(33)
Tributos a recolher	<u>2</u>	
Caixa aplicado nas operações	(13)	(56)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 5 (a))		(28)
Adições ao investimento em participações societárias	<u>(20)</u>	<u>(17)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(20)	(45)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital social	<u>22</u>	<u>109</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	22	109
Aumento de caixa e equivalente de caixa	(11)	8
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>12</u>	<u>4</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u><u>1</u></u>	<u><u>12</u></u>

DS
ADO

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Odebrecht Properties Entretenimento S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Odebrecht Properties Entretenimento S.A. (“OPE” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, constituída em 21 de outubro de 2014.

A Companhia tem por objeto social a exploração, no Brasil ou no exterior, direta ou indireta, das seguintes atividades:

- (i) Concessões de obras e serviços públicos, designadamente no âmbito das arenas multiuso, estádios, ginásios, clubes esportivos, portos, parques olímpicos, centros administrativos, centros de exposições, escolas, universidades, hospitais e afins, presídios, além de outras atividades relacionadas à infraestrutura, meio ambiente e entretenimento;
- (ii) Prestação de serviços de assessoria técnica, prestação de serviços de engenharia, de operação e manutenção relacionados aos negócios indicados no item acima;
- (iii) Exercício de atividades conexas ou relacionadas, direta ou indiretamente, com o objeto social, inclusive importação e exportação; e
- (iv) Participação no capital social de outras empresárias, personificadas ou não, na qualidade de sócia acionista.

A Companhia, é parte integrante do Grupo Odebrecht (“Grupo”), sendo controlada diretamente pela Odebrecht Properties Investimentos S.A. (“OP Investimentos”) e indiretamente pela Odebrecht S.A. (“ODB”).

(a) Perspectivas econômicas e financeiras e fatos relevantes – empresas investidas

Arena Pernambuco Negócios e Investimentos S.A. (“Arena Pernambuco”)

Em 6 de junho de 2016, foi celebrado acordo consensual para rescisão do Contrato de Concessão Administrativa (“Contrato”), por meio do documento intitulado de “Instrumento Particular de Rescisão Consensual de Contrato de Concessão Administrativa” (“Instrumento”).

Com a assinatura do Instrumento, a Arena Pernambuco entregou os bens reversíveis ao Poder Concedente. A partir da assinatura do Instrumento, a Arena Pernambuco ficou exonerada das obrigações previstas no Contrato de Concessão, em especial no que tange à operação, manutenção e conservação do empreendimento, com exceção das obrigações que, por força de lei, deverão permanecer sob sua responsabilidade, pelo prazo legal (como por exemplo, a responsabilidade civil pela construção e solidez da obra), e do dever de prestar informações e demonstrativos, relativos ao período de execução do Contrato.

Ainda consoante o Instrumento, a Arena Pernambuco receberá até o ano de 2031 o valor de R\$ 237.593 (R\$ 207.467 atualizado em 31 de dezembro de 2018), com incidência de atualização mensal calculada pela taxa efetiva de 10% a.a. ou atualização da SELIC, conforme aplicável.

Em razão da rescisão consensual formalizada, a Arena Pernambuco e o Estado de Pernambuco concordaram que nenhum valor será devido de parte a parte referente a qualquer receita de contraprestação da concedente para operação da Arena (“COA”) adicional, bem como que o procedimento arbitral proposto pela Arena Pernambuco contra o Estado de Pernambuco deverá prosseguir em relação ao que não foi transacionado, conforme itens expressamente previstos no Instrumento.

Odebrecht Properties Entretenimento S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Decorrente do Instrumento estabelecido com o Poder Concedente, a Arena Pernambuco reconheceu em 2016 o valor de R\$ 153.358 referente a Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (“PCLD”), sujeitas à recuperação, conforme procedimento arbitral, e R\$ 109.732 referente perdas decorrentes de rescisão contratual.

Em 2017, por força de decisão liminar proferida no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (“TJPE”), em recurso de agravo de instrumento apresentado pelo Estado de Pernambuco, houve a parcial suspensão do processo de arbitragem, relativamente ao pleito da Arena Pernambuco de ressarcimento de custos adicionais relacionados às obras de construção da Arena.

Em dezembro de 2018, o TJPE proferiu a decisão por meio da qual, em juízo de retratação, deu provimento ao agravo interno da Arena Pernambuco para revogar a liminar que havia suspenso parcialmente a arbitragem instaurada contra o Estado de Pernambuco. Com essa decisão, a Câmara de Comércio Brasil-Canadá CCBC determinou a retomada do processo relativo ao pleito de ressarcimento de custos adicionais.

No âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, foi determinada a suspensão de parte dos pagamentos previstos no Instrumento, destinados aos custos da Arena. Os valores destinados ao pagamento do financiamento com Banco do Nordeste do Brasil (“BNB”) permanecem sendo recebidos na integralidade. Em março de 2019 a Arena Pernambuco protocolou no Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (“TCE-PE”) o orçamento da Arena, com preços do SICRO/SINAPE. O TCE-PE está analisando a defesa apresentada pela Arena Pernambuco.

Complexo Maracanã Entretenimento S.A. (“Complexo Maracanã”)

Em 31 de dezembro de 2018, o Complexo Maracanã apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes, no montante de R\$ 145.538 (2017 – R\$10.527) decorrente principalmente do vencimento 2019 das debêntures (R\$ 132.975). Além disso, o Complexo Maracanã apresentava passivo a descoberto no montante de R\$ (265.444) e prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. A Administração do Complexo Maracanã espera equalizar a situação do capital circulante líquido negativo através da conclusão do procedimento de resolução de controvérsias.

Diante das modificações unilaterais impostas pelo Poder Concedente ao Contrato de Concessão e o desequilíbrio econômico-financeiro em desfavor do Complexo Maracanã, inviabilizando a execução do Contrato de Concessão, o Complexo Maracanã buscou a resolução amigável da disputa, sem sucesso. Em 20 de outubro de 2016, o Complexo Maracanã ingressou com requerimento de instauração de arbitragem perante a Câmara FGV de Mediação e Arbitragem (“Câmara FGV”), com o fim de dirimir as controvérsias entre as partes em relação ao Contrato de Concessão.

Nesse contexto, não existe, portanto, até a presente data, qualquer definição sobre as controvérsias existentes entre as partes, assim como a estimativa de eventuais impactos nas demonstrações financeiras do Complexo Maracanã em decorrência de possíveis negociações com o Governo do Estado do Rio de Janeiro (“GERJ”).

Em 18.3.19, o Estado do Rio de Janeiro proferiu decisão, publicada no Diário Oficial de 19.3.19, por meio da qual decretou a caducidade da concessão administrativa materializada no Contrato de Parceria Público-Privada nº 27/2013, celebrado em 4.6.13 (“Contrato de PPP”). O Contrato de PPP versava sobre os serviços de gestão, operação e manutenção do Estádio do Maracanã e do Maracanãzinho, que seriam desenvolvidos pela Companhia, pelo prazo contratual de 35 anos. No que tange à qualificação jurídica empregada pelo Estado do Rio de Janeiro à extinção do Contrato de PPP, a Companhia esclarece que a referida decisão administrativa não é definitiva e a questão será resolvida ao término do Procedimento Arbitragem instaurado em face do Poder Concedente.

(b) Operação Fair Play

Odebrecht Properties Entretenimento S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 14 de agosto de 2015, a controlada indireta Arena Pernambuco tomou conhecimento de investigações conduzidas pela Polícia Federal no âmbito da operação denominada "Fair Play", que continua em fase investigatória e que cujo objeto compreende supostas irregularidades ocorridas na Parceria Público-Privada ("PPP"). A controlada entende que tal inquérito e seus eventuais desdobramentos não têm impacto sobre suas demonstrações financeiras.

(c) Operação Lava Jato

Como é de conhecimento público, desde 2014, encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da chamada Operação Lava Jato. As referidas investigações envolvem empresas, ex-executivos e executivos do Grupo Odebrecht. No contexto dessas investigações, ressalta-se que a Companhia não foi objeto de qualquer mandado de busca e apreensão.

Em 1º de dezembro de 2016 a Odebrecht S.A. firmou Acordo de Leniência com o Ministério Público Federal, já homologado, responsabilizando-se pelos atos ilícitos praticados, no âmbito da referida Operação, pelas empresas integrantes do Grupo Odebrecht.

Em 09 de julho de 2018, a ODB e suas controladas assinaram o Acordo de Leniência com a Advocacia Geral da União e o Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União.

A Administração avalia que não haverá impacto decorrente de indenizações e multas no âmbito desta Companhia.

A emissão das presentes demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 29 de abril de 2019

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis, aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras, estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente todo o período apresentado, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A Companhia está apresentando somente suas demonstrações contábeis individuais, considerando que sua acionista direta, OP Investimentos, não fez nenhuma objeção quanto a não apresentação de suas demonstrações contábeis consolidadas; não possui instrumentos de dívida ou patrimoniais negociados publicamente; não teve arquivado nem está em processo de arquivamento de suas demonstrações contábeis junto a Comissão de Valores Mobiliários; e sua controladora indireta, ODB, preparou as demonstrações contábeis consolidadas do Grupo, conforme previsto no Pronunciamento CPC 36 – Demonstrações Consolidadas.

Odebrecht Properties Entretenimento S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além dos prejuízos dos exercícios apresentados, razão pela qual não foi apresentada a demonstração dos resultados abrangentes.

2.2 Investimentos em controladas

Os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

(a) Controladas

Controladas são entidades nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a controlada e tem a capacidade de interferir, de forma significativa, nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários.

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

2.4.2 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros como subsequentemente mensurado ao custo amortizado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado, ele precisa ser mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem Caixa e equivalente de caixa (Nota 3).

2.5 Adiantamento para futuro aumento de capital (“AFAC”)

Odebrecht Properties Entretenimento S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Referem-se aos recursos recebidos da controladora ou enviados para as investidas para posterior integralização de capital. O AFAC é registrado ao custo, sem acréscimo de encargos financeiros.

2.6 Mudanças em práticas contábeis e divulgações

A Companhia adotou o CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018.

(a) CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

(a.1) Classificação - Ativos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

O CPC 48 / IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado (“CA”), ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio de resultado (“VJR”). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de “mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponível para venda”.

Considerando as suas transações atuais, a Companhia não identificou mudanças que tivessem impacto relevante sobre as demonstrações contábeis, haja visto que os instrumentos financeiros que mantém não são complexos e não apresentam risco de impacto em sua remensuração.

O quadro comparativo abaixo demonstra a aplicação na classificação dos ativos e passivos financeiros nas categorias previstas:

<u>Instrumentos Financeiros</u>	<u>Impairment</u>	<u>Classificação CPC 38</u>	<u>Classificação CPC 48</u>
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	N/A	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado

2.7 Reapresentação de cifras comparativas

Em 2018, foram identificados na investida indireta Arena Pernambuco, ajustes de exercícios anteriores, relacionados a tributos diferidos, cujos impactos estão refletidos no Balanço Patrimonial, Demonstração do resultado e Demonstração do fluxo de caixa estão divulgados a seguir:

Odebrecht Properties Entretenimento S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Conciliação dos ajustes no balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2017

	<u>Originalmente apresentado 2016</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Reapresentado</u>
Passivo e passivo a descoberto			
Não circulante			
Provisão para perda de investimentos	<u>259.900</u>	<u>(20.326)</u>	<u>239.574</u>
Passivo a descoberto			
Prejuízos acumulados	<u>(267.025)</u>	<u>20.326</u>	<u>(246.699)</u>

(b) Conciliação dos ajustes no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017

	<u>Originalmente apresentado</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Reapresentado</u>
Passivo e passivo a descoberto			
Não circulante			
Provisão para perda de investimentos	<u>282.012</u>	<u>(30.138)</u>	<u>251.874</u>
Passivo a descoberto			
Prejuízos acumulados	<u>(289.237)</u>	<u>30.138</u>	<u>(259.099)</u>

(c) Conciliação dos ajustes na demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2017

	<u>Originalmente</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Reapresentado</u>
Despesas operacionais			
Resultado de participação societária	<u>(22.189)</u>	<u>9.812</u>	<u>(12.377)</u>
Prejuízo do exercício	<u>(22.212)</u>	<u>9.812</u>	<u>(12.400)</u>

(d) Conciliação dos ajustes na demonstração do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2017

	<u>Originalmente apresentado</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Reapresentado</u>
Ajustes para reconciliação do lucro do exercício:			
Prejuízo do exercício	<u>(22.212)</u>	<u>9.812</u>	<u>(12.400)</u>
Resultado de equivalência patrimonial	<u>(22.189)</u>	<u>9.812</u>	<u>(12.377)</u>

3 Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta o montante de R\$ 1 (2017 - R\$ 12) na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” e refere-se a depósitos bancários mantidos junto as instituições financeiras.

Odebrecht Properties Entretenimento S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Tributos a recuperar

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Imposto de renda a recuperar	468	447
Contribuição social a recuperar	12	9
	<u>480</u>	<u>456</u>

5 Provisão para perda de investimentos

(a) Informações sobre investimentos

	Quantidade de ações detidas		Participação direta (%)		Passivo a descoberto		Lucro (prejuízo) do exercício	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
						(Reapresentado)		(Reapresentado)
Complexo Maracanã	5.278.728	5.278.728	95,00	95,00	(265.444)	(242.393)	(22.952)	(25.978)
Odebrecht Properties Entretenimento Participações S.A ("OPEP")	107.659.904	107.611.905	100,00	100,00	(21.967)	(21.600)	(415)	12.303

(b) Movimentação dos investimentos

	Saldo no início do exercício	Adições (i)	Outros ajustes (ii)	Equivalência patrimonial	Saldo no final do exercício
Provisão para perda de investimento					
Complexo Maracanã	(230.274)		(94)	(21.806)	(252.174)
OPEP	(21.600)	48		(415)	(21.967)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>(251.874)</u>	<u>48</u>	<u>(94)</u>	<u>(22.221)</u>	<u>(274.141)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (Reapresentado)	<u>(239.574)</u>	<u>77</u>		<u>(12.377)</u>	<u>(251.874)</u>

(i) Em 1ª de setembro de 2017, a Companhia aumentou o capital social da investida OPEP, no montante de R\$ 77, mediante a emissão de 76.500 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralizadas mediante capitalização de AFAC.

Em 10 de dezembro de 2018, a Companhia aumentou o capital social da investida OPEP, no montante de R\$ 48, mediante a emissão de 48.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralizadas mediante capitalização de AFAC.

(ii) Refere-se a ajuste de adoção inicial do CPC 48 pela investida Complexo Maracanã.

6 Passivo a descoberto

(a) Capital social

Em 1º de dezembro de 2017, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$ 299, com a emissão de 298.700 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram totalmente subscritas e integralizadas pela acionista OP Investimentos mediante capitalização de AFAC.

Odebrecht Properties Entretenimento S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 10 de dezembro de 2018, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$ 22, com a emissão de 22.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram totalmente subscritas e integralizadas pela acionista OP Investimentos mediante capitalização de AFAC.

A composição do capital social está representada da seguinte forma:

Acionistas	2018			2017		
	Capital social	Ações	Participação (%)	Capital social	Ações	Participação (%)
OP Investimentos	13.091	13.090.973	100	13.069	13.068.973	100
Odebrecht Properties Parcerias S.A.		1			1	
	<u>13.091</u>	<u>13.090.974</u>	<u>100</u>	<u>13.069</u>	<u>13.068.974</u>	<u>100</u>

7 Resultado financeiro, líquido

	2018	2017
Receitas com variações monetárias	24	37
Pis e Cofins sobre receitas financeiras	(1)	(2)
Resultado financeiro líquido	<u>23</u>	<u>35</u>

8 Prejuízo básico por ação

Prejuízo por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	2018	2017 (Reapresentado)
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia titulares de ações ordinárias	(22.212)	(12.400)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	<u>13.070</u>	<u>12.795</u>
Prejuízo básico por ação (em Reais)	<u>(1,70)</u>	<u>(0,97)</u>

9 Eventos subsequentes

Em 16 de abril de 2019, a investida Complexo Maracanã e o Estado do Rio de Janeiro assinaram termo de entrega do Complexo Maracanã. A partir de 18 de abril de 2019, a manutenção e operação do Complexo Maracanã passou a ser de inteira responsabilidade do Estado do Rio de Janeiro.

Alexandre Assaf Abo Assali
Diretor

DocuSigned by:
Adriano de Oliveira
0BA73D92FE34417

Adriano de Oliveira
Contador CRC 1SP-255316/O-7

* * *